



ATA Nº 1

REUNIÃO ORDINÁRIA DE 9 DE JANEIRO DE 2026

PRESIDÊNCIA: Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira. -----

VEREADORES PRESENTES: Emanuel Raimundo Pereira de Sousa, Paula Cristina Borges de Sousa, John Azevedo Branco, Marco Euclides Lemos Martins, Patrícia Alexandra da Silva Lopes e Manuel Hildeberto Diniz Pires. -----

FALTAS JUSTIFICADAS: -----

HORA DE ABERTURA: 14H00M -----

----- Aos nove dias do mês de janeiro do ano de dois mil e vinte e seis, na sala de reuniões dos Paços do Concelho, reuniu a Câmara Municipal da Praia da Vitória, sob a Presidência de Vânia Marisa Borges Figueiredo Ferreira, estando presentes os Vereadores Emanuel Raimundo Pereira de Sousa, Paula Cristina Borges de Sousa, John Azevedo Branco, Marco Euclides Lemos Martins, Patrícia Alexandra da Silva Lopes e Manuel Hildeberto Diniz Pires. -----

----- A reunião foi secretariada por Maria da Conceição Leal de Lima, Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

----- E sendo a hora designada para o início dos trabalhos e verificando-se haver “quórum” para o funcionamento do Executivo, tendo os membros presentes ocupado os seus lugares, a Excelentíssima senhora Presidente declarou aberta a reunião. -----

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

----- Ao dar início aos trabalhos a senhora Presidente deu a palavra aos Vereadores para eventuais intervenções. -----

----- O Vereador Marco Martins tomou a palavra e disse que, no período de inverno, o passadiço da Riviera padecia bastante com as condições climatéricas adversas, tendo-lhe chegado a informação de que, nos últimos dias, a situação não estaria muito positiva, perguntando o que estava a ser feito para mitigar a situação e em que ponto se encontrava a manutenção desse passadiço. -----



----- A senhora Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente, para responder, por ser quem acompanhava esta situação. -----

----- O senhor Vice-Presidente Emanuel Sousa tomou a palavra e disse que esta situação já estava sinalizada e que, aliás, tinha sido abordada na última sessão da Assembleia Municipal e que, ainda antes disso, tinham feito intervenções de manutenção, nomeadamente ao nível dos cortes de vegetação, e de limpeza da zona adjacente, e que, relativamente à questão colocada, designadamente, a proximidade da água e do mar, era preciso perceber que, agora, não podiam alterar a localização do passadiço, pelo que, o que tinham de fazer, era trabalhar para manter e preservar aquela obra e zona, da melhor maneira possível; continuou dizendo que, neste momento, havia um fluxo de areias, situação que era habitual e com a qual teriam, sempre, de se confrontar, e que tinha havido um desassoreamento da zona, reduzindo muito a areia e fazendo com que o mar estivesse muito próximo do passadiço, acrescentando que, a única situação que poderia ter sido sinalizada, desde a data da última Assembleia Municipal, teria sido no último fim-de-semana, em que, da noite para o dia, o passadiço tinha sido coberto com algumas pedras, tendo-se efetuado, imediatamente, a sua limpeza, situação essa que se repetiu no dia seguinte, mas que, de momento e com a alteração do sentido da ondulação, já não se verificava essa situação, acrescentando que, a areia que existia na outra margem, junto ao Bar da Riviera, já tinha sido removida e que a via estava completamente transitável e a situação normalizada; disse, ainda, que também tinha havido uma laje de betão que, com a ondulação, se elevou e ficou fora do seu sítio, e que iria ser destruída, porque era uma pedra grande, num sítio de difícil acesso para a maquinaria e que, portanto, tinha de ser removida manualmente, mas que, face ao seu peso, não seria possível fazê-lo com meios humanos, pelo que teria de ser destruída e reposta; concluiu dizendo que estavam a trabalhar noutras soluções e a fazer uma análise técnica à parte dos fluxos das areias, mas esperava-se que, durante a próxima primavera, o fluxo natural das areias voltasse a ser repostado e que, quando chegasse a época balnear, pudessem ter a praia novamente composta nos seus termos habituais, e que, apesar de não o poder garantir, esperava que, durante o inverno, não houvesse destruição do passadiço e que, neste momento, ainda não tinham situações, ao nível da madeira, ou da estrutura, que apresentassem perigo ou destruição. -----

----- O Vereador Marco Martins retomou a palavra e disse que concordava com a explicação apresentada e que, de facto e do ponto de vista estético, a localização lhe parecia adequada, mas que, do ponto de vista técnico, talvez não o fosse, e que não pretendia imputar a responsabilidade a ninguém, nomeadamente, ao Executivo, e que estruturas desta natureza, em muitas outras cidades costeiras, também padeciam do mesmo problema, não sendo fácil lutar contra os desígnios da natureza, e que o areal e a ondulação já se encontravam no local antes do passadiço, sendo os humanos que lá colocaram algo artificial, pelo que, agora, tratava-se de fazer o máximo possível para tentar mitigar e salvar a estrutura existente. -----

----- Continuando no uso da palavra, o Vereador Marco Martins referiu-se aos problemas detetados com a recolha do lixo e disse saber que não era fácil ter um sistema



perfeito e que percebia os constrangimentos, sobretudo ao nível da frota automóvel da Praia Ambiente, não lhe chocando que, por exemplo, o lixo fosse recolhido às 23:00 horas da noite, mas que o problema era não estarem avisados dessa hora, porque, se soubessem a hora de recolha do lixo, poderiam colocá-lo 1 ou 2 horas antes da hora prevista, mas o facto era que, pelo menos na sua zona, na Casa da Ribeira, o horário continuava a ser bastante díspar, sendo, por vezes, às 16:00, outras às 19:00, pelo que o lixo ficava sujeito aos animais errantes e às condições climatéricas adversas, e concluiu perguntando se estava a ser preparado algum ajustamento aos horários, ou outras medidas nesta matéria, porque era um problema que persistia.-----

----- A senhora Presidente deu a palavra ao Sr. Vice-Presidente, para responder a esta questão. -----

----- O senhor Vice-Presidente Emanuel Sousa tomou a palavra e disse que, quando o novo Conselho de Administração da Praia Ambiente tomou posse, um dos problemas sinalizado foi a existência de alguns constrangimentos reconhecidos, ao nível da frota, e que, para além dos constrangimentos que decorriam da natural utilização dos veículos, expostos a muita utilização diária e, sobretudo, à questão do para/arranca e das recolhas porta-a-porta, as quais provocavam um desgaste muito grande nas viaturas, algumas delas já com alguma idade e que, para além destas circunstâncias, também tinham algumas viaturas paradas, fruto de acidentes e que, neste momento, estavam em reparação, ou a recolher orçamentos, ou em processo de negociação com as seguradoras; continuou dizendo que, entretanto, já haviam conseguido reverter algumas dessas situações e que um carro já havia regressado ao serviço, mas que, perante o conjunto de carros inoperacionais que, a certa altura eram quatro, existiam viaturas que tinham de fazer dois percursos no mesmo dia, e que, por norma, os serviços se iniciavam logo pela manhã e que, a primeira viatura que terminava o serviço, iniciava o percurso seguinte; continuou dizendo que, nalgumas situações divulgadas nas redes sociais, os senhores presidentes de junta estavam informados das circunstâncias e que, quando existia uma alteração do circuito, tinham o cuidado de informar as pessoas sobre a alteração do horário, mas não tinha informação, nem reporte, da falta de recolhas, nem de terem suspenso o serviço de recolhas, em qualquer dia que estivessem previstas, acrescentando que, durante a época de natal, os funcionários fizeram um esforço acrescido para trabalharem, inclusivamente em dias de tolerância de ponto, para garantir que os munícipes tinham um serviço de limpeza adequado durante o período das festividades, sabendo-se que são períodos em que o volume de lixo aumentava significativamente e que, portanto, existia sempre essa imprevisibilidade, porque, com a frota reduzida e havendo uma avaria, tinham que, no próprio dia, comunicar a alteração de horário, o que faziam através das redes sociais do município, e concluiu dizendo que estavam a trabalhar para reforçar a frota através da recuperação das viaturas inoperacionais, para conseguirem ter uma capacidade de resposta diferenciada e evitar estas alterações de horário que, normalmente e obviamente, causavam constrangimentos à rotina diárias das pessoas. -----

----- A senhora Presidente retomou a palavra e, em complemento ao referido pelo senhor Vice-Presidente relativamente aos horários, acrescentou que, no período de Natal, tiveram uma equipa que trabalhou até às três horas da manhã, para garantir que as



rotas não ficavam a descoberto, face todos estes constrangimentos das viaturas e que, portanto e sem prejuízo de algumas recolhas terem sido efetuadas com atrasos por causa da alteração do horário, não tinham, porém, qualquer indicação de recolhas não efetuadas. -----

----- O Vereador Marco Martins retomou a palavra e, considerando as explicações apresentadas, solicitou que, sempre que houvesse algum constrangimento, se tentasse informar melhor e o mais rápido possível, as pessoas, bem sabendo que, muitas vezes e não por culpa do Executivo, as avarias, ou acidentes, podiam acontecer em cima da hora. -----

----- A Vereadora Patrícia Lopes pediu a palavra e solicitou que se fizesse um ponto de situação sobre o PDM. -----

----- O Senhor Vice-Presidente Emanuel Sousa tomou a palavra e respondeu que não existiam grandes desenvolvimentos relativamente aos esclarecimentos prestados na última reunião, e que aguardavam o trabalho da empresa que estava a prestar esse serviço, a qual continuava a terminar a elaboração das peças, na sequência da primeira submissão à comissão de acompanhamento do PDM e, portanto, tinham a expectativa de que, em breve, teriam essa resposta, para poderem dar seguimento ao processo. -----

----- A Vereadora Patrícia Lopes retomou a palavra e perguntou se o pedido de prorrogação tinha sido deferido. -----

----- O senhor Vice-Presidente respondeu que foi apresentado, a nível regional e também no âmbito da AMRAA, um pedido de prorrogação do prazo para conclusão dos PDM's, pedido esse que foi concedido e que, portanto, o prazo para os municípios concluírem os PDM's, era 31 de dezembro de 2026, acrescentando que iriam trabalhar afincadamente para que pudesse estar concluído, aprovado e publicado, antes disso, mas que, se tal não fosse possível, seria esse o prazo com que teriam de contar. -----

----- O Vereador Marco Martins solicitou a palavra e disse que percebeu o que o senhor Vice-Presidente disse, no sentido de que o prazo foi prorrogado até ao último dia de 2026, e que vão tentar concluí-lo antes disso, mas recordou que, há cerca de um mês, o senhor Vice-Presidente tinha dito, ainda que sem garantia absoluta, que tudo indicava que seria no primeiro semestre, e que até iriam tentar fazê-lo no primeiro trimestre, pelo que continuariam a apontar e a acreditar na possibilidade dessa antecipação, sendo certo, também, que todos conheciam os vários constrangimentos e entidades associadas ao PDM, não ignorando, também, todo o tempo em que o PDM também foi tratado por anteriores executivos, incluindo o Partido Socialista. -----

----- O senhor Vice-Presidente Emanuel Sousa retomou a palavra e disse que pretendia esclarecer que, quando se referiu à data do primeiro trimestre, referia-se à consulta pública, esclarecendo que o PDM não terminava na fase da consulta pública e que, depois desta, ainda eram necessários alguns passos administrativos e técnicos, para poderem chegar à sua conclusão; continuou dizendo que, nesta fase de consulta pública, podiam receber contributos dos interessados, deixando à Oposição, o desafio de, nessa fase, ou até antes dela, também os apresentarem, para poderem falar desse assunto neste espaço, porque existia, efetivamente, uma fase para a receção de contributos dos



municípios, e de todas as partes interessadas, para que, depois, ainda pudesse haver uma última oportunidade, por parte do município, de promover algumas diligências, no sentido de receber e adaptar, as situações sinalizadas por municípios, entidades, empresas, ou por quem tivesse interesse, ou que identifique alguma situação que, na proposta do PDM, não estivesse devidamente identificada, ou correta e, portanto, ficava aqui o desafio, e o compromisso, de ouvir e conversar sobre esse assunto, mas era importante dizer que, esse prazo do primeiro trimestre, era para efeitos de consulta pública, esperando que, depois e no primeiro semestre, conseguissem cumprir os restantes passos, mas que esta prorrogação de prazo, dava, obviamente, uma folga temporal, sem prejuízo de reiterar que iriam tentar trabalhar de forma a concluí-lo mais cedo, porque quanto mais cedo fosse aprovado, melhor seria. -----

----- O Vereador Marco Martins retomou a palavra, para dizer que, no mandato anterior, já tinham dado nota da disponibilidade dos Vereadores do Partido Socialista para contribuírem e reunirem, mesmo que informalmente, para esse efeito, intenção essa que mantinham para o presente mandato e que, tal como acreditava que o Executivo havia reunido com os presidentes de junta de freguesia, e recolhido contributos de diversas entidades, os Vereadores do Partido Socialista também ouviram várias entidades e podiam, portanto, trazer algum valor acrescentado, reiterando a sua disponibilidade para, formal ou informalmente, poderem reunir e tentarem ajudar nesta reta final do PDM. -----

----- A Senhora Presidente retomou a palavra e disse que, como já haviam dito publicamente, este era um compromisso muito importante que tinham, e que, todo o esforço efetuado no final do último mandato, foi para conseguirem reunir tudo o que estava na dependência do município e tentarem colocar o PDM em consulta pública antes do final do ano; continuou dizendo que era importante ficar registado que, todos estes atrasos se deviam aos trabalhos da empresa que tem dado suporte, e que nada ficou na dependência de resposta dos serviços camarários, sendo muito importante que, até ao final do ano, o município tivesse os seus compromissos assumidos; mais referiu que a intenção foi, sempre, tentar colocá-lo em consulta pública antes do final do ano, mas, também, que houvesse uma reunião antes da consulta pública, para que todos pudessem saber o ponto de situação, existindo, inclusive, este compromisso com as Juntas de Freguesia, sendo muito importante que todos, em conjunto, pudessem avaliar este documento, o qual estava a ser preparado para o bem do Concelho e que, por isso, tinha de ser visto e revisto, por muita gente, pelo que estavam expectantes em relação aos contributos; concluiu dizendo que, por isso, iriam ter a oportunidade de marcar um momento, previamente preparado, para se debruçarem sobre o documento, e com a equipa a explicar como deverá feito o acolhimento de todas as propostas, pelo que era muito importante ter os contributos dos Vereadores da Oposição. -----

PERÍODO DA ORDEM DO DIA

----- A Câmara tomou conhecimento dos seguintes documentos: -----



-----Listagem de licenciamentos de obras particulares devidamente concluídos, a qual faz parte integrante desta ata.-----

----- (01/01) PROPOSTA – ADENDA DE ALTERAÇÃO AO CONTRATO-PROGRAMA N.º 88/RMCDPV/2021: -----

----- Proposta n.º 21201, datada de 30 de dezembro findo, do senhor Vice-Presidente, do seguinte teor:-----

----- “Considerando que em 25 de janeiro de 2021 foi deliberada em Reunião de Câmara, a celebração do Contrato-Programa n.º 88/RMCDPV/2021 entre o Município da Praia da Vitória (primeiro outorgante) e a LADA – Liga dos Amigos dos Doentes dos Açores (segundo outorgante) no âmbito do Regulamento Municipal Cooperar e Desenvolver na Praia da Vitória (conforme contrato em anexo), nos termos do qual, foi acordada a atribuição de um apoio de natureza financeira no valor de 3.000,00€ (três mil euros) para um projeto de modernização das infraestruturas, e para o qual e na execução do contrato foram transferidos 2.814,27€ (dois miloitocentos e catorze euros e vinte e sete cêntimos);-----

----- Considerando que a referida entidade declarou, a 19 de novembro de 2025, que o projeto objeto do contrato-programa já se encontra integralmente concluído e que não existem quaisquer despesas adicionais a realizar no âmbito deste contrato-programa (conforme ofício anexo à presente proposta);-----

----- Propõe-se que a Câmara Municipal da Praia da Vitória delibere aprovar a alteração da redação da Cláusula Segunda, n.º 1, 1.1, reduzindo o montante do apoio atribuído para 2.814,27€ (dois mil oitocentos e cabrze euros e vinte e sete cêntimos), correspondente ao valor efetivamente pago pelo primeiro outorgante e utilizado pelo segundo outorgante, na execução do contrato, nos termos da minuta da adenda de alteração ao Contrato-Programa n.º 88/RMCDPV/2021 que ora se anexa.”-----

----- A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar a proposta em apreço. -----

----- (02/01) PROPOSTA – COMUNICAÇÃO DE NOMEAÇÃO DO ADMINISTRADOR EXECUTIVO DA PRAIA AMBIENTE, E.M.:-----

----- Proposta n.º 53, datada de 2 de janeiro em curso, do senhor Vice-presidente, do seguinte teor:-----

----- “Para conhecimento deste executivo, informa-se que, por deliberação da Assembleia Geral da Praia Ambiente, E.M., datada de 02 de janeiro de 2026, foi nomeado para Vogal com funções de administrador executivo do Conselho de Administração da Praia Ambiente, E.M. e até ao final do mandato deste Conselho de Administração, Paulo Jorge da Silva Ribeiro, conforme documento em anexo.”-----

----- O Vereador Marco Martins solicitou a palavra e disse que não iria fazer considerandos sobre o nome proposto, porque, mais importante que discutir nomes, era discutir o trabalho levado a cabo, pelo que se limitaria a deixar a nota de que se tratava de uma pessoa que todos conheciam, desejando que esse novo desafio corresse da



melhor forma, com a certeza que estaria de mangas arregaçadas, conhecendo os cantos à casa e dando o melhor de si; acrescentou que a Praia Ambiente tem a seu cargo, funções de extrema importância para o bem-estar dos munícipes, com um substancial envelope financeiro de projetos a executar, no valor de cerca de 10 milhões de euros, e que, portanto, era um desafio muito importante, importando que esses investimentos sejam executados, pelo que os Vereadores do Partido Socialista reforçavam os votos de sucesso para o novo administrador, não abdicando de escrutinarem esse trabalho, porque o escrutínio também é um meio informal de ajudar, permitindo chamar a atenção para alguma coisa que se entenda necessário. -----

----- **A Câmara tomou conhecimento.** -----

----- Todos os documentos relacionados com os pontos da ordem do dia, encontram-se no edifício da Câmara Municipal da Praia da Vitória, sito na Rua do Cruzeiro, à disposição para as consultas tidas por convenientes. -----

----- **APROVAÇÃO DA ATA:** A Câmara deliberou, por unanimidade, aprovar em minuta a ata em causa, de acordo com o n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro. -----

----- **ENCERRAMENTO:** Não havendo outros assuntos a tratar, nesta reunião, a Exma. Presidente declarou encerrada a ordem de trabalhos eram catorze horas e quarenta minutos, pelo que de tudo para constar se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Exm.ª Senhora Presidente e pela Chefe da Divisão Administrativa e Jurídica. -----

Ass: _____

Ass: _____